

**Conselho de Administração**  
Presidente  
Walter Fontana Filho

**Membros**  
Fernando C. Mesquita,  
Fernão Lara Mesquita,  
Francisco Mesquita Neto,  
Getúlio Luiz de Alencar e  
Júlio César Mesquita

**Opinião**  
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour  
**Editora-Chefe Responsável:** Maria Aparecida Damasco  
**Diretor de Desenvolvimento Editorial:** Roberto Gazzi

**Diretor Presidente:** Francisco Mesquita Neto

**Diretor de Mercado Leitor e Operações:** Christiano Nygaard  
**Diretor de Mercado Anunciante:** Flavio Pestana  
**Diretor Financeiro:** Jorge Casmerides  
**Diretor de Recursos Humanos:** Fábio de Biazzi  
**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio  
**Diretor de Tecnologia:** Nelson Garzeri

estadão.com.br

A versão na Internet de  
O Estado de S. Paulo

## Notas & Informações

# O Plano Diretor de São Paulo



O Plano Diretor é tão importante para São Paulo – por que traça as diretrizes e fixa as regras destinadas a orientar e a disciplinar o desenvolvimento urbano nos próximos 16 anos – que sua aprovação pela Câmara Municipal, depois de 9 meses de debates, deveria ser recebida apenas com satisfação. Infelizmente, esse sentimento vem misturado com o de apreensão, não só porque matérias estranhas ao Plano foram nele incluídas por pressão – melhor dizendo, imposição – de grupos aguerridos, criando um perigoso precedente, como também porque ficaram dúvidas sobre se os interesses imobiliários, que são legítimos, poderão ser contidos dentro dos limites do razoável, de forma a não colidir com o interesse público.

Uma das ideias mestras do Plano é

aproximar moradia e emprego para evitar, tanto quanto possível, que os trabalhadores tenham de fazer longos deslocamentos diários e que o poder público se veja obrigado a realizar vultosos investimentos em transporte coletivo, ligando a periferia aos bairros onde se concentram fábricas e escritórios. Para isso, incentiva a construção de espigões no entorno de estações de metrô, trem e corredores de ônibus. Na parte social, o Plano prevê também, em zonas destinadas a moradias populares – tanto na periferia como em bairros na região central ou próximos dela –, a construção de prédios para pessoas de baixa renda, de até três salários mínimos.

A ideia da verticalização de forma geral, com a liberação de espigões em todas as áreas em que isso puder trazer benefícios – e não apenas naquelas agora contempladas –, é correta, como mostram exemplos de gran-

des cidades de países desenvolvidos. Diga-se de passagem que ela já havia sido incluída em versões anteriores à do projeto do Plano Diretor que acaba de ser aprovado. No total – ao longo dos eixos de transporte coletivo e outras áreas – espera-se que as novas regras do Plano permitam a construção de 250 prédios por ano, com quase meio milhão de apartamentos.

Mas boas ideias não bastam. Os seus possíveis benefícios dependem da forma como elas são implementadas. Especialistas na questão alegam, por exemplo – no que se refere ao adensamento nos eixos de transporte coletivo –, que faltam regras claras que exijam estudos sobre o impacto ambiental e de vizinhança a ser provocado pelos espigões nos bairros vizinhos. A consequência disso pode ser que, na prática, o mercado imobiliário acabe determinando as condições de organização do território, que é função do poder público.

Nesse caso, a tendência natural é o interesse desse mercado se sobrepor ao da população, já que eles nem sempre coincidem.

O mercado imobiliário tem, como sempre, um papel da maior importância a desempenhar no desenvolvimento da cidade. Mas, para isso, deve seguir normas às quais o legislador não parece ter dado a devida atenção.

Esses são apenas alguns aspectos técnicos do Plano Diretor, os que mais chamam a atenção numa primeira apreciação. Há outros, nos quais o conteúdo político predomina, que também devem ser considerados. O mais importante deles é, sem dúvida, a sua adulteração pela inclusão de matérias estranhas à sua natureza, como resultado da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e outros grupos de pressão.

O MTST impôs sua vontade à for-

ça – por meio de manifestações quase diárias, que culminaram com o cerco do edifício da Câmara – e conseguiu que quatro áreas por ele ocupadas fossem consideradas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) pelo Plano. Uma quinta, a Copa do Povo, recebeu o mesmo tratamento em projeto separado, mas aprovado ao mesmo tempo por “exigência” do seu coordenador, Guilherme Boulos, à qual se curvaram vergonhosamente a maioria dos vereadores e o prefeito Fernando Haddad. Ao contrário do que afirma o prefeito, isso abre a porta para novas invasões, que vão continuar desorganizando os planos habitacionais. Como já abriu a porta também para que outros grupos regularizassem igrejas evangélicas na periferia.

O que tem tudo isso a ver com o Plano Diretor? Nada. Mas deixa um péssimo exemplo – o de que “no grito” tudo é possível.

## Venezuelanos comem menos

Um levantamento do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (INE), órgão oficial, mostra que o consumo de alimentos básicos no país diminuiu entre 2012 e 2013. É um reflexo direto da política econômica desastrosa do presidente Nicolás Maduro, que agora começa a afetar as necessidades mais elementares dos cidadãos do país.

A Pesquisa de Acompanhamento de Consumo de Mantimentos monitora 43 itens. A mais recente compara o segundo semestre de 2012 com o mesmo período de 2013. Nesse intervalo, houve redução no consumo de 41 produtos – ou seja, não se trata de um fenômeno localizado, fruto de algum desequilíbrio econômico específico, mas sim de uma tendência generalizada.

Os alimentos mais consumidos pelos venezuelanos foram justamente aqueles que apresentaram maior queda. Uma das variações mais significativas foi a da farinha de milho, alimento usado para preparar as arepas, um dos pratos mais tradicionais da Venezuela. Seu consumo caiu 16,55%. Houve queda também no consumo de leite (-13,6%), frango (-7,43%), carne (-7,3%), massas (-7,55%), arroz (-10,5%) e açúcar (-7,65%).

Além dos 43 itens regulares, a pesquisa investigou o consumo dos demais produtos que compõem a cesta alimentar básica. Resultado: dos 62 itens, 55

tiveram o consumo reduzido.

Esse fenômeno se explica pela forte alta dos preços desses produtos. A inflação dos alimentos básicos superou os 70% em 2013, enquanto o salário mínimo subiu apenas 45% – a maior alta do período chavista, mas obviamente insuficiente para enfrentar a carestia. A tendência se manteve neste ano: a inflação dos alimentos foi de 76,2% entre maio de 2013 e maio passado.

A alta dos preços resulta da escassez dos produtos, que atinge todos os setores da economia e é consequência do controle de preços exercido pelo governo. No caso dos alimentos, os indicadores mostram uma situação particularmente dramática: a falta, que era de 10% em março de 2012, chegou a 17,7% em 2013 e agora está em 26,9%, segundo dados do Banco Central da Venezuela. Além disso, a instituição detectou que, no caso dos 19 produtos considerados de primeira necessidade no país, a escassez variou de 53,4% a 100%.

Os dados do INE mostram também que a queda no consumo de alimentos ocorreu em todas as classes sociais. Mesmo entre os mais ricos, houve recuo da ordem de 10%. Mas a situação é pior entre os mais pobres, justamente aqueles que o chavismo diz resgatar. Segundo a pesquisa, o consumo per capita de arroz nessa faixa caiu 14%, enquanto o de farinha recuou 18%; o de massas, 19,5%; o de frango, 13,7%; e o de carne, 5,3%.

Esse cenário contrasta de forma dramática com as triunfantes estatísticas apresentadas pelo governo chavista ao final de 2012. Na ocasião, ainda sob administração do caudilho Hugo Chávez, o país anunciava que o consumo de alimentos havia duplicado em relação ao período anterior ao da “revolução bolivariana” e que a pobreza estava prestes a ser erradicada. A situação atual indica que os avanços alardeados por Chávez estavam assentados em bases irreais.

A estatística sobre a queda no consumo de alimentos vem se somar ao levantamento do mesmo INE que mostrou um aumento do número de venezuelanos que se encontram na situação de pobreza extrema. Entre o segundo semestre de 2012 e o segundo semestre de 2013, esse contingente cresceu de 7,1% para 9,8% da população. Em números absolutos, significa que cerca de 737 mil venezuelanos passaram a integrar a base da pirâmide socioeconômica somente no último ano.

A mesma pesquisa indica que a pobreza extrema vinha caindo durante o governo Chávez, mas à custa de programas assistenciais que exauriram as finanças nacionais. O desastre resultante dessa política não tardou a se manifestar. Quando Maduro assumiu o poder, em abril do ano passado, ele não herdou o carisma de seu criador, mas, sim, uma brutal crise econômica, que agora cobra a conta.

## A mediocridade se repete

Num esforço para salvar metade do ano, ou pelo menos evitar um segundo semestre tão ruim quanto

o primeiro, o governo prorrogou o incentivo fiscal à indústria automobilística e à de móveis. Apesar do mau estado das contas públicas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, desistiu de recompor as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) recolhido nos dois setores. A pouco mais de três meses da eleição, o cálculo político é claro: qualquer agrado aos empresários e qualquer sinal de melhora, num quadro de fragilidade econômica, podem resultar em ganho para a presidente-candidata Dilma Rousseff. Durou pouco a disposição do ministro, proclamada em 2013, de reduzir as desonerações para reforçar o caixa do governo. Em tempo de eleições, os fundamentos da economia, já desprezados em anos anteriores, ficam ainda mais desimportantes.

Com a prorrogação do benefício, a redução do IPI para o setor automobilístico deve resultar, neste ano, em renúncia fiscal de R\$ 1,6 bilhão. O agrado aos fabricantes de móveis deve custar R\$ 320 milhões, segundo cálculos citados pelo ministro da Fazenda. A soma pode parecer pequena, mas qualquer receita é importante quando as contas fiscais estão esburacadas. Em maio, as contas do setor público – União, Estados, municípios e estatais

– foram fechadas com um déficit primário de R\$ 11,05 bilhões, o maior para o mês e o segundo maior da série do Banco Central (BC), superado apenas pelo rombo de R\$ 20 bilhões em dezembro de 2008.

A corrida, agora, é para evitar a confirmação das assustadoras projeções de crescimento econômico. Economistas do mercado financeiro e de consultorias independentes projetam uma expansão de 1,1% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e de 1,5% em 2015. Para 2014, os técnicos do BC reduziram sua estimativa de 2% para 1,6%, segundo relatório divulgado na semana passada.

Para a produção industrial, o pessoal do mercado calcula uma redução de 0,14% neste ano e uma expansão medíocre de apenas 2,2% no próximo – modestíssima recuperação depois de mais um tombo. O esforço do governo para impedir um desastre maior no segundo semestre dificilmente produzirá resultados significativos. Amplamente usado nos últimos anos, esse tipo de política foi insuficiente para salvar o País da estagnação. O PIB cresceu 2,7% em 2011, 1% em 2012 e 2,5% em 2013, enquanto muitos outros emergentes conseguiram taxas entre 4% e 6%.

Os números brasileiros teriam sido bem piores sem o desempenho, quase sempre vigoroso, do agronegócio. A maior parte da indústria, nos setores extrativo e de transformação, pouco avançou. O setor de construção, depois de avançar

durante algum tempo, também perdeu vitalidade.

A prorrogação parcial dos incentivos, agora concentrados em dois setores, corresponde, portanto, à manutenção de uma estratégia de alcance muito curto. Como política de expansão da economia, essa orientação foi um fracasso, como indicam os dados oficiais.

Para explicar – e justificar – o fracasso, o governo atribui os infortúnios do País às condições internacionais. Se a explicação valesse, ficaria difícil dar contas do desempenho muito melhor de outros emergentes, com crescimento maior, inflação menor e endividamento público mais contido.

A estagnação econômica do Brasil é obviamente causada pela combinação de outros fatores, todos de origem interna. São problemas conhecidos, como infraestrutura insuficiente e inadequada, tributação irracional, desperdício de recursos públicos, intervenções desastrosas do governo e pouca segurança para investir e, de modo geral, custos muito maiores que os dos concorrentes.

Favores fiscais e financeiros a setores selecionados – e, em alguns casos, com enorme proteção alfandegária – servem apenas para produzir efeitos de curta duração e pouco impacto no conjunto das atividades. Nada disso contribui para elevar o potencial de crescimento e salvar o País do atoleiro. A crise brasileira é, sobretudo, uma crise de competência governamental.

nem foi planejado é anunciado. Em contrapartida, o prefeito de São Paulo quer que residências, empresas, etc., não tenham garagens! Como raciocinar com todas essas contradições?

**MARIA DE MELLO**

nina.7mello@uol.com.br  
♦ São Paulo

### ELEIÇÕES EM SÃO PAULO

#### Traíras

♦ Em certos momentos da vida ficamos confusos ao avaliar a conduta, o bom senso e o caráter dos políticos. Basta ver a atitude repugnante de Paulo Maluf (PP) de virar a casaca para apoiar o candidato Paulo Skaf (PMDB) ao governo paulista, abandonando Alexandre Padilha (PT), com quem se havia comprometido. O que mais enoja nem é o Maluf ter mudado o seu apoio, mas o fato de que os que o aceitaram são igualmente responsáveis e coniventes, conhecendo o seu passado comprometedor.

**ANGELO TONELLI**

angelotonelli@yahoo.com.br  
São Paulo

### O vira-casaca

Para o Lulla, que afirmou que os quadrilheiros do mensalão não eram “gente de sua confiança”, o gesto indigno do notório procurador pela Interpol Paulo Maluf de selar acordo de apoio a Padilha com um aperto de mãos faz parte de seus usos e costumes.

**PAULO RUAS**

pstreets@terra.com.br  
São Paulo

### Bacanal

Pobre Padilha! Submeteu-se adestradamente ao mico constrangedor para depois amargar a bolada malufista nas costas... É a bacanal política, estúpido!

**DOCA RAMOS MELLO**

ddramosmello@uol.com.br  
São Sebastião

“Maluf desiste de Padilha. Quando sai a foto dele apertando a mão de Skaf?”

**ROBERT HALLER / SÃO PAULO,**  
SOBRE O 'NEFASTO' TROCA-TROCA DE APOIOS ELEITORAIS  
robelisa1@terra.com.br

“Não adianta o Padilha ficar enciumado, o privilégio de sair bem na foto com o Maluf é só do Haddad. E fim de papo”

**JOSÉ PIACSEK NETO / AVANHANDAVA, IDEM**  
bubanetopiacek@gmail.com

HÁ  
1.737  
DIAS

POR DECISÃO JUDICIAL, O ESTADO ESTÁ SOB CENSURA. ENTENDA O CASO: WWW.ESTADAO.COM.BR /CENSURA

### VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

## Joaquim Barbosa se despede do Supremo

Após presidir sua última sessão, ministro diz que STF não pode ter vínculos com ‘grupos de pressão’

3.001

● “Bravo, ministro! Deixou sua marca histórica de bravura, coragem e respeito ao cidadão brasileiro.”

**MÁRCIO SILVA**

● “Assumiu com dignidade seus erros e acertos. Deixou exemplos para toda uma nova geração de estudantes de Direito, juízes, ministros e membros do Ministério Público.”

**ALCINO COELHO**

● “Barbosa incomodou muita gente que se sentia acima da lei.”

**ARI MARQUES**

### O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 -  
CEP 02598-900 São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3856-2122

Redação: 6º andar  
Fax: (11) 3856-2920  
E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada.

**Central de atendimento ao assinante**  
Capital e Regiões Metropolitanas: 4003-5323  
Demais localidades: 0800-014-77-20  
www.assinante.estadao.com.br/faleconosco-  
**Central de atendimento ao leitor:**  
Fale com a redação: 3856-2122  
falecom.estadao@estadao.com

**Classificados por telefone:** 3855-2001  
**Vendas de assinaturas:** Capital: 3950-9000  
Demais localidades: 0800-014-9000  
**Vendas Corporativas:** 3856-2917  
**Central de atendimento às agências de publicidade:** 3856-2531 – cia@estadao.com  
**Preços venda avulsa:** SP: R\$ 3,00 (segunda a sábado) e R\$ 5,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC e DF: R\$ 3,50 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,50 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 6,50 (segunda a sábado) e R\$ 8,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 7,00 (segunda a sábado) e R\$ 9,00 (domingo)  
**Preços assinaturas:** De segunda a domingo – SP e Grande São Paulo – R\$ 78,90/mês. Demais localidades e condições sob consulta.

PUBLICAÇÃO DA S. A. O ESTADO DE S. PAULO